

ATA DA 67ª (SEXAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 21 (vinte e um) do mês de maio de 2021. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 67ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 9h00 às 12h00 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

3 - Assuntos:

3.1 - Planejamento e aprovações das Atas.

Documentos disponibilizados:

- Pauta da Reunião.

O CAE discutiu o planejamento das próximas reuniões, a reformulação no padrão das atas que deverão ser mais detalhadas e robustas, contendo breve descritivo no título e que constem, todos os documentos apresentados, bem como os assuntos discutidos na íntegra, e a publicação do extrato da ata do Comitê.

3.2 -- Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos

Convidados:

- Sergio de Carvalho Junior (GRI)
- Olívia Shibata Nishiyama (DPO e PR)

Documentos disponibilizados:

- Apresentação CAE maio/2021 19.05 v1;
- Aud. Independente Controles Internos Revisão do CCI maio/2021;
- Gestão de Riscos dos Processos CAE maio/2021;
- LGPD CAE maio/2021;
- Riscos Empresariais CAE maio/2021.

A Sra. Olivia fez uma apresentação do canal LGPD, no mês de maio, informando que:

- Está em elaboração a Norma Implementadora contendo fluxo de comunicação com o encarregado de dados;
- Lançamento em 19/05 do curso introdutório sobre a LGPD, obrigatório a todos os colaboradores. Referido curso terá a emissão de certificado de conclusão e estará disponível “online”, monitorado, com duração de 2 (duas) horas.

Apresentou, ainda, o data mapping dos dados sensíveis da Companhia, em desenvolvimento. A Sra. Olívia destacou que o programa monitora quem acessa o fluxo das informações, a abrangência, hipótese de tratamento, a obrigação legal, as características pessoais: hábitos, associações, registro de imagens, voz, quantidade de dados, categoria dos dados, quem tem acesso aos mesmos, com quem são compartilhados, contatos de TI, e afirma que os riscos são verificados no processo de mapeamento.

Na sequência o Sr. Sérgio se desculpou pela não disponibilização de material atualizado da matéria sob sua responsabilidade, tendo em vista seu retorno de férias nesta data

Comentários e recomendações do CAE

O CAE recomendou que seja liberado o acesso aos membros do CAE e Conselhos para realização do curso em questão e que seja definida uma data de encerramento, bem como se estabeleçam metas de participação dos funcionários.

Com relação ao data mapping apresentado, o CAE elogiou o trabalho realizado por equipe interna da Companhia. Manifestou, no entanto, preocupação com a extensão do trabalho e os prazos, considerando a equipe enxuta e não exclusiva dedicada ao projeto.

O CAE agradeceu a participação solicitando que o assunto deverá ser atualizado e apresentado periodicamente ao Comitê, recomendando: (i) a inclusão de um cronograma geral para adequação à LGPD, que indique claramente as ações concluídas, em andamento e futuras, permitindo monitorar os avanços e; (ii) a identificação clara dos riscos e controles associados à LGPD.

O CAE solicitou ao Sr. Sérgio que a apresentação atualizada seja disponibilizada no ambiente de rede do Comitê para análise e questionamentos.

3.3 – Gerência Jurídica

Convidados:

- Maria Regina Scurachio Salles Alvarenga – GRJ
- Júlia Stelczyk Machiaverni – DRJC

Documentos disponibilizados:

- Reavaliação da classificação de probabilidade de perda das ações –Estudo de Risco;
- Publicação das atas do CAE.

A Secretaria do CAE comunicou que a Dra. Maria Regina não pode comparecer, e designou a Dra. Julia Stelczyk Machiaverni para apresentação do tema.

Dra. Julia mencionou que anteriormente foi apresentado relatório do estudo referente as ações indenizatórias da CPTM no polo passivo. Por sugestão do CAE, este estudo foi realizado em conjunto com financeiro/contabilidade para avaliação da classificação de perdas adotada na Companhia.

Informou que, por meio do estudo da jurisprudência e exercício comparativo, chegou-se à classificação de perdas remotas, perdas possíveis e perdas prováveis. Este relatório, de setembro 2020, demonstrou que as perdas giravam em torno de R\$ 61 milhões de risco provável e de R\$ 3 milhões de riscos remotos.

Destacou que nas ações indenizatórias, parcela representativa do contencioso da Companhia, o valor estipulado na inicial não fornece segurança para avaliação das perdas, de modo que os valores serão efetivamente conhecidos apenas após o julgamento.

A Dra. Julia mencionou diálogos com o financeiro/contabilidade, quanto à utilização de softwares, conforme sugestão anterior do CAE. Informou que o CNJ faz menção a softwares em que há 80 % (oitenta por cento) de assertividade e adequação ao valor de contingenciamento, mas que, na prática, há fatores limitantes inerentes à atividade, em especial a dependência das decisões do Poder Judiciário, que geram inexactidão dos dados futuros ao Jurídico.

Destacou ainda, que a realidade dos processos indenizatórios da CPTM no polo passivo é conhecida em termos das tendências jurisprudenciais e que há envio de relatórios de acordo com momento processual para que se mensure dentro do possível o rumo orçamentário a trilhar. Por fim, salientou que a Companhia e a Gerência Jurídica não estão confortáveis com a situação e buscam alternativas para solucionar ou mitigar a questão.

Comentários e recomendações do CAE

O trabalho do jurídico apresentado pela Dra. Julia e a integração com o financeiro e a contabilidade foram elogiados pelo CAE.

O CAE sugeriu: (i) a inclusão clara do contencioso da Companhia na matriz de riscos em elaboração e a participação efetiva do Jurídico no seu desenvolvimento, dada a relevância do passivo; (ii) explorar alternativas para melhoria contínua na avaliação do contencioso e dos riscos de perdas, tais como, consulta a seguradoras para prever resultados, contratação de empresa de consultoria para suporte, implantação de mecanismos de dupla checagem e utilização de softwares. Considerando que há diversas ações similares na qual a CPTM figura no polo passivo, a proposta do CAE é no sentido de estimular jurídico-financeiro-contabilidade para o desenvolvimento de uma “inteligência” para avaliação e gerenciamento de risco do contencioso.

Foi questionado o recebimento de honorários de sucumbência dos advogados e solicitado levantamento do histórico da sucumbência recebida pelo corpo jurídico da Companhia nos últimos 5 anos para apresentação e discussão em reunião futura do CAE.

3.2.2-- Diretoria de Planejamento e Novos Negócios

Convidado:

- Eduardo Jorge da Cunha Caldas Pereira - DP

Documento disponibilizado:

- Apresentação da Diretoria de Planejamento e Novos Negócios.

O Dr. Eduardo informou que a Diretoria de Planejamento e Novos Negócios é constituída por duas gerências: Gerência de Novos Negócios e Gerência de Gestão do Território – Regularização Fundiária, contando ainda com um Departamento de Gestão do Território e um Departamento de Planejamento da Mobilidade e Pesquisa que operam como núcleos de mobilidade e projeção da demanda das linhas, avaliação dos serviços e indicadores da prospecção de novas tecnologias, bem como projeto de suporte, empreendimentos associados e jornada do cliente (para ofertar o melhor serviço no trajeto).

Gerência de Gestão de Território

Dr. Eduardo mencionou que o patrimônio imobiliário da CPTM deve ser regularizado e que a regularização fundiária gera receitas extraordinárias. Cerca de 70 % (setenta por cento) das matrículas dos terrenos, imóveis não estão em nome da Companhia, há a posse pacífica, mas não a regulamentação da propriedade. Destacou que, desde 2016, foram realizados levantamentos topográficos para Regularização Fundiária, incluindo projetos STM e Banco Mundial para cadastro georreferenciado, interferência no território, termos de permissão, uso com outros entes e regularização de matrículas.

O CAE questionou o levantamento topográfico nos tempos atuais, onde se utiliza geoprocessamento. O Dr. Eduardo Jorge respondeu ser insuficiente o sistema de geoprocessamento para a referida regulamentação, sendo para tanto, necessário o levantamento topográfico. Fez ainda, menção a duas grandes áreas cujas matrículas foram regularizadas por meio do referido projeto.

Para ilustrar a dificuldade de regularização, mencionou a estação Brás, para a qual o último documento arquivado da área advinha da época do Barão de Mauá e a regularização demorou dois anos para ser concluída.

O CAE questionou a respeito do custo estimado para a regularização da área do Brás. O Dr. Eduardo Jorge respondeu que o custo aproximado foi de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a regularização só atingiu a matrícula junto ao Registro de Imóveis e os custos entraram nos ativos da CPTM, em torno de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Gerência de Novos Negócios

Informou, adicionalmente, que, na Gerência de Novos Negócios, ocorreram mudanças significativas. Em dois anos e cinco meses, a receita não tarifária alcançou o montante de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). Em 2020, foi firmado novo contrato de mídia digital, com duração de dez anos, no total de R\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais).

Discorreu também a respeito dos projetos de: concessão de Mídia Global, por trinta anos; parceria com empresa privada que assumiu os custos de manutenção ciclovia no Rio Pinheiros; Estação Sustentável, sendo a Estação Vila Olímpia 100% (cem por cento) sustentável por meio de parceria com o Banco Santander; instalação de painéis de iluminação na Estação Brás; mezaninos, por meio da Eletromídia e Verde Água e;

Projeto Sebrae que tem como objetivo retirar ambulantes dos trens e requalificá-los (coibindo a ilicitude do ato e oferecendo programa de educação aos comerciantes).

Com relação aos projetos em andamento, destacou:

- Empreendimento associado à Estação Brás nos próximos 12 (doze) meses em fase de contratação, plano de interesse público e decreto. Há previsão de chamamento público para janeiro de 2022.
- Pólo Intermodal Barra Funda - projeto liderado pelo Metrô que depende de regularização fundiária.
- Estações Sustentáveis – abrangendo mais estações, sendo que a estação Vila Olímpia foi tratada como projeto piloto, contando com o investimento do Banco Santander.
- Projetos nas Estações: delimitação de metragem máxima para quiosques, com participação da CPTM como sócia nos resultados, como no Projeto Mídia Global; instituição de *naming rights* nas estações, eventualmente para bicicletários que funcionariam 24 horas; wi-fi; streaming; antenas; fibra ótica e; novos empreendimentos com a abertura de chamamento público para apresentação de projetos de interesse da sociedade para futuras concessões.

Perguntado pelo CAE sobre os impactos causados pela pandemia, Dr. Eduardo informou que restou deserto o processo licitatório da Concessão de Mogi das Cruzes e que haverá republicação caso haja interesse de mercado. Em São Miguel Paulista, também dadas as incertezas da pandemia, não houve interesse e que estacionamentos e ocupações menores restaram desertos.

Comentários e recomendações do CAE

O CAE agradeceu e parabenizou o Dr. Eduardo Jorge pela apresentação, passando aos seguintes pontos de atenção:

- (i) Contrato da ciclovias - no caso de eventuais acidentes, de quem seria a responsabilidade, ao que foi informado pelo Dr. Eduardo que por tratar-se de gestão em convênio, ambas responderiam, sendo que até a presente data não há notícia de problemas/acidentes.
- (ii) é necessário que a empresa faça uma análise antecipada quanto aos riscos dos negócios associados, sugerindo que a cada atividade seja incluída a análise dos riscos inerentes ao processo. Manifestou, ainda, que deve ser considerado os anseios da população, a política implementada e os interesses do Governo, em referidos projetos, levando em consideração os riscos para eventuais processos e amparo jurídico. O CAE recomenda associar a cada projeto a expectativa de resultados e riscos incertos, dado que as partes privadas envolvidas se blindam dos riscos. A CPTM precisa cuidar da análise de risco a cada novo negócio.

4 - Pendências:

PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Apresentação da GRI – disponibilizar no ambiente de rede para análise e comentários pelo CAE	Sérgio de Carvalho Júnior - GRI
Histórico de honorários de sucumbência	Jurídico

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora

AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro

SILVERIO CRESTANA
Membro

CAROLINA VILELA SANTORO DE
CASTRO VIANNA JACOB
Secretária